

Turismo de Base Comunitária: Desenvolvimento, Capital Social e Participação a partir da experiência em assentamentos rurais de Maragogi/AL

Artemísia dos Santos SOARES¹

Manuela Grace de Almeida Rocha KASPARY²

Resumo: Este trabalho em consonância com a ementa da divisão científica política e desenvolvimento do turismo tem como proposta a reflexão do trabalho desenvolvido por docentes do Instituto Federal de Alagoas na qualidade orientadoras de trabalhos de extensão os quais tinham/têm como propósito a implementação e articulação do turismo comunitário em duas diferentes comunidades, localizadas no município de Maragogi, no litoral norte de Alagoas. Ambas se situam na zona rural, com o potencial para o desenvolvimento do ecoturismo e atividades artesanais. A partir da experiência, busca-se discutir acerca das ações realizadas nestas comunidades sob a égide dos preceitos do desenvolvimento apregoados pelo Turismo de Base Comunitária, como também, se tais ações dialogam com os conceitos de capital e social e participação. Sob esta perspectiva, tem-se como objetivo, refletir sobre o papel de instituições como interlocutoras para o desenvolvimento destas comunidades.

Palavras-chave: Maragogi; Instituições; TBC; Capital Social; Participação.

1 Maragogi: perspectivas para o Turismo de Base Comunitária

Os dois assentamentos apresentados neste artigo estão localizados no município litorâneo de Maragogi. Localizado no extremo Nordeste do estado de Alagoas, equidistante 125 Km de duas capitais nordestinas, Maceió e Recife. Este município ocupa, atualmente, o posto de segundo maior receptor de turistas de Alagoas, uma posição conquistada pela junção de dois fatores principais: apreciável patrimônio paisagístico natural e a parceria público-privada.

Maragogi preteritamente era território socioeconômico e político quase exclusivo da cana de açúcar. As elites dominantes da cana de açúcar pouco valorizavam a região litorânea e, por causa disso, tornou-se *habitat* daqueles que estavam à margem do sistema canavieiro. A região encontra-se em processo de urbanização e crescimento demográfico acelerado, tanto em sua área rural, justificado pelos 22 assentamentos rurais existentes no município de Maragogi; como em sua área urbana, consequência, em parte, da propagação de segundas residências, hotéis, pousadas, barracas de praia, restaurantes, e diversos tipos de comércio voltados à prestação de serviços turísticos.

¹ Bacharel e Mestre em Turismo; Professora EBBTT Instituto Federal de Alagoas; <http://lattes.cnpq.br/1052024626478722>; artemisiasoares@yahoo.com.br.

²Técnicóloga em Hotelaria; Mestre em Arquitetura e Urbanismo; Professora EBBTT Instituto Federal de Alagoas; <http://lattes.cnpq.br/2793287678822890>; manuelakaspary@gmail.com.

Maragogi tem 70% do seu PIB formado pelo setor de serviços (IBGE, 2008) e possui forte dependência do setor turístico. Porém, sua realidade social apresenta índices drásticos: incidência de pobreza em 64,12% da população (IBGE, 2003), 70% da sua população vive com renda abaixo de um salário mínimo e 80% das famílias residentes possuem dependência econômica do assistencialismo do Estado (Carvalho, 2010). Este município acompanha a realidade do estado de Alagoas, que apresenta um dos piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do país. Mesmo com um terço da área territorial de Maragogi pertencendo a assentamentos rurais, ainda assim a produção agrícola é insuficiente para o próprio suprimento do lugar (Kaspary, 2010).

A construção da rodovia AL-101 Norte, em 1979, foi responsável pela conexão de Maragogi a dois centros urbanos importantes, Recife e Maceió. O primeiro, forte polo comercial, econômico e industrial de importância regional; o segundo, a capital do estado alagoano. Houve também a ligação de Maragogi com outros municípios, tanto do lado pernambucano como do alagoano. As melhorias no acesso terrestre a partir do início da década de 1980, somadas aos atributos paisagísticos e à grande extensão de terras desocupadas no litoral, favoreceram o desenvolvimento de uma nova atividade em Maragogi - o turismo.

A atividade turística em Maragogi iniciou-se a partir da década de 1980, primeiramente pela ocupação de veranistas, que buscaram neste município um lugar propício para aquisição de uma segunda residência, para o usufruto durante períodos de férias e em fins de semana. Os primeiros turistas de segunda residência procederam de municípios como Palmares, Caruaru e Recife em Pernambuco, e posteriormente, de Maceió. Residências e condomínios passaram a multiplicar-se para o atendimento de uma nova população, a flutuante, situação que desencadeou as primeiras transformações espaciais de grande escala no território litorâneo do município de Maragogi (Kaspary, 2010).

Atualmente, apresenta grande número de equipamentos turísticos para o atendimento do turismo de massa, tanto para hospedagem como para apoio. A predominância do turismo de “sol e mar” deve-se, em grande parte, ao principal atrativo do município: a visitação às Galés³. No entanto, desde 2014, através de uma iniciativa da Cooperativa dos Pequenos Agricultores Organizados (COOPEAGRO), foi lançado o roteiro *Maragogi Rural* que vislumbra o desenvolvimento práticas turísticas de base comunitária, como iniciativas voltadas para o ecoturismo, agroturismo e turismo histórico.

A produção deste artigo parte da experiência vivenciada através de projetos de extensão viabilizado pelo Instituto Federal de Alagoas (IFAL) em dois assentamentos rurais - Nova Jerusalém e Água Fria. Ambos assentamentos apresentam parte do seu território localizado dentro de uma reserva ambiental o que possibilita o desenvolvimento de práticas

³ Galés é o nome coloquial dado aos recifes, incluindo de corais, que são ecossistemas costeiros tropicais que possuem uma grande diversidade e quantidade de organismos que se associam em teia alimentar de grande complexidade, sendo uma zona de reprodução, berçário, abrigo e alimentação de diversos animais e vegetais (Machado *et al.*, 2009).

ecoturísticas. Além disso, esses assentamentos se destacam por uma forte liderança, apoiada por maioria dos assentados. Estes dois elementos, potencial turístico e capital social, favoreceram a ações que viabilizam o desenvolvimento do turismo de base comunitária.

O Assentamento Água Fria é fruto do loteamento de áreas destinadas outrora ao latifúndio da cana de açúcar na década de 1990 no município de Maragogi. A relação com o Instituto Federal de Alagoas surgiu através de um projeto de extensão no ano de 2014 e 2015 que tinha como objetivo colaborar com o desenvolvimento territorial por meio da implantação de uma iniciativa de ecoturismo de base comunitária. Tal projeto se fundamentou na valorização das referências culturais populares, sedimentada na valorização das paisagens naturais, na própria cultura dos homens e mulheres que ali vivem e, peculiarmente, na existência de um patrimônio imaterial, observado no artesanato produzido com a fibra de bananeira.

Para a execução desta iniciativa foi realizada pesquisa visando o diagnóstico da comunidade para planejamento das ações necessárias e posterior implementação Turismo de Base Comunitária (TBC), dentro dos moldes da economia solidária e de ações participativas. Este assentamento está localizado dentro de uma reserva ambiental que tem como diferencial a presença de espécie vegetal nativa conhecida como Visgueiro. Esta árvore se apresenta como representativa do lugar, tendo, algumas delas, mais de quinhentos anos e atingindo mais de vinte e dois metros de altura, com circunferência aproximada de quinze metros. Tal característica permitiu que paulatinamente fosse desenvolvido um roteiro turístico denominado “Trilha do Visgueiro” que apresenta um percurso médio de quatro horas de duração.

Neste mesmo assentamento, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) propiciou cursos e aprimoramento para a realização do artesanato com a fibra de bananeira. Assim, em 2011, através de parcerias com a Prefeitura Municipal de Maragogi, COOPEAGRO e SEBRAE, foi criada a *Associação Mulheres de Fibraque*, atualmente, conta com apenas oito associadas. Além artigos para uso doméstico, vestuário e acessórios, foi formatado pelo SEBRAE o projeto *turismo de vivência* que tem como objetivo a participação do visitante na produção com fibra de bananeira, isto é, de fato, a inclusão do visitante na prática do visitado por meio da produção artesanal. Esta proposta formatada pelo SEBRAE se defrontou com a necessidade de qualificação das assentadas para a hospitalidade do visitante. Diante esta necessidade, foi realizada a parceria com o IFAL, Campus Maragogi objetivando o desenvolvimento da percepção dos assentados em relação à viabilidade do desenvolvimento turístico de base comunitária.

A outra comunidade elencada para este estudo trata-se do Assentamento Nova Jerusalém, com 460 hectares de extensão, é fruto de uma ocupação do Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) em uma fazenda improdutiva. Diante desta ocupação, a propriedade foi adquirida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) que realizou a distribuição de moradia para 60 famílias de assentados no ano de 2006. Sessenta por cento do território deste assentamento é composto por reserva ambiental.

Fora desta reserva, além dos loteamentos está em processo de edificação o Campus de Maragogi do Instituto Federal de Alagoas (IFAL). A partir desta estreita proximidade foi vislumbrada, através de um programa de extensão denominado “Minha Comunidade”, uma proposta multidisciplinar - considerando as especialidades de professores de diversas áreas de ensino: agroecologia, sociologia, filosofia, química, hospedagem/turismo, informática, dentre outras - desenvolvido com objetivo de atender várias frentes, entre eles o apoio técnico agroecológico; a realização de educação ambiental e desenvolvimento sustentável; apoio com vistas à geração de renda e; o levantamento do potencial turístico da comunidade. Este último coordenado pelas duas professoras autoras deste artigo (Pacheco, 2016).

Durante o processo desenvolvido nestes dois assentamentos foram realizados diagnósticos sociais e econômicos das famílias dos assentados e análise prévia do potencial turístico das duas localidades. Dentro da análise turística, apesar da constatação do potencial existente decorrente do patrimônio natural, diversos obstáculos foram observados, como o acesso em períodos de chuva - maio a agosto-, ausência de sinalização, carência de infraestrutura básica e turística; e difusão e comercialização do roteiro turístico no que se refere aos aspectos físicos e estruturais. No aspecto humano, observou-se a necessidade de sensibilização entre os assentados para a prestação dos serviços turísticos. Ambos os aspectos unidos possibilitariam a prática da hospitalidade vinculada ao TBC.

O processo de construção de análise foi feito através de oficinas e reuniões que estimulavam o engajamento e participação dos assentados. Durante o processo, foram apresentadas experiências latentes de Turismo de Base Comunitária. Por intermédio destas ações os atores se perceberam como potenciais agentes turísticos e vislumbraram serviços e produto a serem amadurecidas para ser ofertado turisticamente. Nessas mesmas ações foram levantadas as dificuldades e, por sua vez, alternativas viáveis a serem realizadas a curto, médio e longo prazo.

Assim, à luz do arcabouço teórico de desenvolvimento, turismo de base comunitária, capital social e participação, busca-se refletir sobre o papel das instituições parceiras para o desenvolvimento destas comunidades, pois observou-se nestes dois lugares que o vislumbre do turismo como alternativa para o desenvolvimento surgiu a partir da interlocução de agentes externos. No caso do Assentamento Água Fria pelo diagnóstico e apoio do SEBRAE; e no Assentamento Nova Jerusalém, pela iniciativa e atuação de docentes e discentes do IFAL. As iniciativas destas duas instituições se tornaram basais para o processo de empoderamento e autonomia fundamentado nos preceitos da economia solidária.

2 Desenvolvimento, Turismo de Base Comunitária, Capital Social e Participação

Os teóricos das ciências sociais e econômicas têm dispendido razoável esforço no sentido de tentar explicar os fundamentos do desenvolvimento, bem como as estratégias

para se alcançar tal desenvolvimento. Este esforço se inicia a partir do debate existente acerca da conceituação de desenvolvimento e sua inter-relação com o crescimento econômico e segue até as formas alternativas e sociais de sua aplicação.

Assim, o conceito de desenvolvimento tem sido um dos mais importantes e polêmicos nas ciências sociais. Mobilizador de vontades de mudança e de transformação das sociedades e dos indivíduos, tem servido também para avaliar e classificar o seu nível de progresso e bem-estar. Presente em várias áreas disciplinares, deu corpo a diversas teorias da mudança, mas também galvanizou e avaliou práticas e intervenções. A complexidade do conceito de desenvolvimento foi enriquecida pela contribuição de várias disciplinas e pelas experiências de várias práticas, tornando-se, por seu turno, portadora de múltiplos desafios, quer no que se refere às abordagens interdisciplinares que exige, quer no que respeita às estratégias e aos métodos de intervenção que implica. Tomou-se, por isso, objeto de novas polêmicas, mas também capaz de novas formulações e desafios e motivo de renovado interesse.

Uma destas abordagens é o Turismo de Base Comunitária que tem como fundamento a economia solidária, isto é, “um outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual” (Singer, 2002: 10).

Esta alternativa que une conservação, educação, economia e inclusão social se trata de um novo instrumento para a implementação da gestão empreendedora, participativa e solidária em um território que tem o desenvolvimento ligado às atividades rurais e pesqueiras, por conseguinte, dependente das condições climáticas que variam e influenciam diretamente na sobrevivência destas comunidades.

Todavia, os aspectos climáticos influenciam, também, nas demais características da região, tais como fauna, flora, meio físico, história e cultura, e, para o turismo são fatores relevantes para o desenvolvimento da atividade e, conseqüentemente, da região. Principalmente, por ter como premissa o envolvimento da comunidade, não como meros expectadores ou participantes operacionais, mas como agentes de mudança com participação e voz ativa para a definição dos objetivos do desenvolvimento local.

Quanto ao desenvolvimento, na teoria clássica é comum associá-lo com industrialização, pois a indústria é responsável por incrementos positivos no nível do produto, no assim chamado crescimento econômico. Conforme Sachs (1986: 30), “um estreito economicismo levava a pensar que, uma vez assegurado o crescimento rápido das forças de produção, provocaria um processo completo de desenvolvimento que se estenderia mais ou menos espontaneamente a todos os domínios da atividade humana”.

Todavia, após várias décadas na busca de como promover o crescimento econômico, está se redescobrimo que este por si só não é suficiente. Pensa-se hoje, como as pessoas são afetadas pelo processo de crescimento, ou seja, se os incrementos positivos no produto e na renda total estão sendo utilizados ou direcionados para promover o desenvolvimento humano.

Assim, a sociedade tem se preocupado em vislumbrar como o crescimento econômico afeta a qualidade de vida de toda a população, buscando mudar um cenário em que os países e regiões eram classificados entre ricos e pobres, usando-se para isso, exclusivamente, as variações do Produto Interno Bruto (PIB), sem medir a qualidade de vida dos habitantes.

Nesse sentido, Furtado (1974: 75) afirma que

a idéia de desenvolvimento econômico é um simples mito. Graças a ela tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abrem ao homem os avanços da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos como são os investimentos, as exportações e o crescimento.

Assim, o desenvolvimento humano vem ocupando lugar central no debate sobre o desenvolvimento desde o início da década de 1990. Uma prova disso é a importância que ganhou o Relatório Mundial de Desenvolvimento Humano publicado, a partir de 1990, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Nesse relatório procurou-se conduzir a discussão sobre o desenvolvimento de forma diferentes da usual. A questão central passa da tradicional pergunta de quanto se está produzindo para como isto está afetando a qualidade de vida da população. Para difundir essa idéia, a Organização das Nações Unidas (ONU) vem realizando uma série de conferências que abrangem direta ou indiretamente as questões sociais. Dessa forma, para atingir o desenvolvimento humano, tem-se que reduzir a exclusão social, caracterizada pela pobreza e pela desigualdade.

Conforme Scott (2004), tais aspectos negativos é a essência do capitalismo e as explicações para as desigualdades entre dominados e dominantes “são explicações dadas de fora, sem concepção da realidade da pobreza” (Sousa Santos, 2004). Contudo, é neste cenário que grupos empreendedores descubrem caminhos alternativos e emergem no cenário global.

Projetos de iniciativa da sociedade civil organizada, sobretudo na escala de comunidades, mostram outra face do desenvolvimento, com fortalecimento de grupos de resistência, a exemplos de economias solidárias e turismo oferecidos por comunidades e territórios solidários em lugares periféricos da capital. (Coriolano & Sampaio, 2012).

Nesse sentido, o turismo de base comunitária surge como contraponto ao turismo convencional, integralizando, no escopo de atuação, as preocupações e demandas de movimentos sociais e ambientais, como patrimônio natural e cultural, como museus e espécies vegetais e animais em extinção, e patrimônio imaterial, como saberes e modos de vida tradicionais. Posturas de turismo podem representar formas comprometidas de mudanças sociais, por isso, há a necessidade de luta incansável pelo desenvolvimento na escala humana e o turismo como forma de combate à pobreza.

Segundo este pensamento Sen (2010: 10) afirma que:

A expansão da liberdade é [...] o principal fim e o principal meio do desenvolvimento. O desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente. A eliminação de privações de liberdades substanciais [...] é constitutiva do desenvolvimento.

Nesse contexto, Sen (2010) enxerga o indivíduo como agentes ativos de mudança, e não como recebedores passivos de benefícios. Segundo o autor, “o que as pessoas conseguem positivamente realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições habilitadoras como boa saúde, educação básica e incentivo ao aperfeiçoamento de iniciativas” (Sen, 2010: 18).

Desse modo, o desenvolvimento local é aquele realizado em lugares específicos de forma participativa, levando a mudanças socioestruturais, com caráter endógeno. Nele, os habitantes possuem relativa autonomia, para explorar o potencial do território que beneficie a maioria deles, e decidir como cada um pode contribuir com inovações, isto é, são os residentes os agentes principais do desenrolar de todo o processo de desenvolvimento. (Coriolano & Lima, 2012).

E nesse cenário, a estruturação de atividades econômicas pelas comunidades locais, com manutenção do tradicional e adesão ao moderno, como o turismo, faz-se necessária à sobrevivência de periferias e representa formas de resistência e fortalecimento territorial, a exemplo de organizações comunitárias e produção de territórios solidários em que predomina a agricultura familiar, o artesanato e o turismo comunitário (Coriolano & Barbosa, 2012).

O desenvolvimento implica, portanto, organização territorial realizada por atores sociais, instituições, sociedades identificadas historicamente e que territorialmente realizem ações econômicas, políticas, culturais em modelos de desenvolvimento que aproveite todas as potencialidades locais. Além do respeito à conservação ambiental, para a realização da habitação, do trabalho e do lazer (Sachs, 1974).

Assim, o aspecto sociológico relevante na realização do Turismo de Base Comunitária trata-se da valorização da participação da comunidade local. Estes grupos locais devem ser envolvidos em projetos voltados para: a transmissão de conhecimentos referentes ao lugar e do entorno; a sensibilização ambiental visando à conservação do meio natural e a qualificação dos atores, com a finalidade de dar subsídios para atuarem na nova realidade como, turismo e outras atividades econômicas no lugar. A participação diferenciada e especializada das comunidades tradicionais em organizações, redes e instituições e a geração específica de capital social e sua contribuição para os processos de cidadania e desenvolvimento.

No complexo conjunto de relações de uma sociedade em um determinado recorte espacial, diferentes sujeitos e agentes podem contribuir para o fortalecimento do tecido

social e a geração de capital social que precede o desenvolvimento do lugar, como também podem agir de modo contrário, enfraquecendo ou destruindo as bases daquele.

De acordo com vários autores que sustentam enfoques teóricos diferentes, a participação em grupos e/ou redes gera benefícios para os indivíduos que intervêm neles, e, por conseguinte, a existência destes grupos/redes gera recursos e benefícios à comunidade. Para Putnam (1993), tais recursos podem ser entendidos como capital social.

Segundo Putnam (1993) há um conjunto de variáveis justificáveis para esclarecer os resultados encontrados em sua pesquisa na Itália. Sendo duas dessas variáveis, o “contexto cívico”; no qual as “boas sociedades ajudam a produzir boas instituições” e a “cultura cívica”; na qual “uma sociedade mais comprometida com o bem público, mais cooperativa e mais confiante nos seus pares”. A Região Norte possuía uma “cultura cívica” mais intensa, mais confiança entre a população, maior participação social e maior capacidade de associativismo, enquanto que a Região Sul era mais individualista, hierárquica, clientelística, desconfiada e faltava mais cooperação entre a população, dificultando assim o seu desenvolvimento no período posterior à descentralização administrativa da Itália. Assim, o capital social é definido por “três fatores inter-relacionados: confiança, normas e cadeias de reciprocidade e sistemas de participação cívica”. A confiança é o “componente básico do capital social”, enquanto que as normas regulam o cumprimento das regras pré-estabelecidas presentes em um “contrato moral”, as cadeias de reciprocidades são deveres de retribuir favores recebidos. Já a participação cívica é o envolvimento em associações, cooperativas, clubes, grupos de lazer, sindicatos entre outros, existindo sempre a horizontalidade entre os participantes (Putnam, 1993). O conceito de capital social a que se refere Putnam corrobora com o pensamento de Fukuyama (1995), a qual se dilata pelas perspectivas de confiança e cooperação por parte dos sujeitos dentro da sociedade, referindo-se aos recursos morais e mecanismos culturais que reforçam os grupos sociais. E, também, pela perspectiva de Bourdieu (2000, p.163) “rede durável de relações” de “reconhecimento mútuo” que asseguram a seus membros um conjunto de recursos atuais ou potenciais na construção e no fortalecimento de poder no seio e no entorno da sociedade.

No entanto, questionam-se quais os elementos que levam o capital social a ser construído e enriquecido nas duas localidades citadas neste estudo. Através da proposição de Putnam (2000), o Estado apresenta o papel de interlocutor para construção do capital social, mas se pergunta: e quando não há ação do Estado para que o capital social seja construído?

Apesar da afirmativa do papel do Estado para a construção do capital social no seio de uma comunidade, Putnam (2000) reitera a existência de profusão de capital social em sociedades coesas que possuem uma cultura comum. Tal profusão pode ser realizada por meio de instituições outras, que não o Estado? Qual o papel destas instituições para o estímulo do capital social nas diversas localidades, isto é, da sensibilização à participação social?

Nesse contexto, Sen (2010) afirma que só é possível ocorrer o processo de desenvolvimento quando o crescimento econômico se apresenta atrelado à melhora de qualidade de vida e à expansão da liberdade, que para ele, é a capacidade das pessoas levarem a vida que valorizam e pode ser proporcionada pelas políticas públicas e ocorre quando há maior participação da sociedade, isto é, a atuação de ambas as partes. Logo, a remoção de uma privação provoca a exaltação das demais, como por exemplo, quando as pessoas têm acesso aos serviços de saúde e educação de qualidade, dispõem de melhores condições para participar da economia e das decisões políticas (Sen, 2010: 19).

Retomando a ideia já mencionada, Sen (2010) afirma que, na medida em que o desenvolvimento expande as liberdades dos sujeitos, criam-se condições para que um número cada vez maior de pessoas possa levar o tipo de vida que valoriza. Essa noção, aparentemente simples, implica que cada pessoa assuma a responsabilidade por suas próprias escolhas e que coletivamente promova o desenvolvimento, definindo em processos amplos de discussão e decisão, que espécie de vida deseja levar. O autor enfatiza que ampliar as liberdades – civis e políticas, inclusive – é parte do processo de desenvolvimento, e refuta veementemente o argumento de que o desenvolvimento pode prescindir da liberdade política. Entende-se, portanto, que a liberdade pode ser proporcionada pelas políticas públicas, e esta ocorre quando há maior participação da sociedade.

Assim, a palavra “participação” é largamente empregada nas falas de qualquer grupo, meio de comunicação ou instituição. A palavra de ordem, atualmente, parece ser *participar*. Mas quando se chega um pouco mais próximo ao que essa realidade poderia, ou deveria, significar, se percebe que há uma profunda mistificação com respeito à sua concretização. Nota-se, que nas atividades humanas e sociais existem ao menos três tipos de participação: participação no *planejamento*, participação na *execução* e a participação nos *resultados*.

Desse modo, vê-se que a maioria das pessoas participa, sim, mas em apenas alguns aspectos, como na participação dos trabalhadores na *execução* das tarefas que se mostra total. Por exemplo, no Brasil, chega-se a trabalhar 10 (dez) horas por dia.

Quanto à participação nos *resultados*, constata-se que o povo brasileiro possui uma das mais desiguais distribuições de renda do mundo. Assim, enquanto que em alguns países a diferença máxima entre o que mais ganha e o que menos ganha é de ao redor de seis vezes, no Brasil essa diferença chega a mais de mil vezes. Tal constatação se trata de exemplo da disparidade na participação em resultados econômicos, todavia este cenário se apresenta de modo similar nos aspectos referentes às necessidades humanas mais basilares como moradia e saúde.

Já quanto à participação no *planejamento*, vale salientar que é através da participação no planejamento que se decide sobre os outros dois tipos de participação: no planejamento decide-se quem executará e quem ficará com os resultados. E é neste quesito que a maioria da população tem sido excluída, privada de sua liberdade. Desse modo, pode-se retomar o pensamento de Sen (2010) quando este afirma que as formas de privação da liberdade podem ocorrer pela dominação de uns sobre outros, provocados pela ausência de

elementos fundamentais para a sobrevivência e pela ausência de direitos civis e políticos que fragilizam os indivíduos e os torna dependentes de quem os pode suprir.

Assim, a busca pela satisfação dos elementos fundamentais para a sobrevivência torna a compreensão do conceito de participação complexo e mais abrangente. Conforme Max-Neef (2012: 28), o desenvolvimento se refere a pessoas e não objetos, sendo assim, será aquele que permitir o aperfeiçoamento na qualidade de vida das pessoas e, por conseguinte, a qualidade de vida depende das possibilidades que as pessoas têm de satisfazer suas necessidades humanas fundamentais, corroborando com o pensamento de Sen (2010).

Para Max-Neef (2012: 29,30.), defensor da concepção do “Desenvolvimento à Escala Humana”, diferentemente do que se divulga, as necessidades humanas, não são mutáveis, mas sim os satisfatores ou agentes de satisfação dessas necessidades, ou seja, cada sistema econômico, social e político adota métodos diferentes para a satisfação das mesmas necessidades fundamentais. Sob esta perspectiva, o autor organiza tais necessidades em duas categorias: existencial e axiológica, tendo de um lado, as necessidades de Ser, Ter, Fazer e Estar; e, de outro, as necessidades de Subsistência, Proteção, Afeto, Entendimento, Participação, Ociosidade, Criação, Identidade e Liberdade. E mais uma vez a participação surge como necessidade humana que, se satisfeita junto às demais necessidades, conduz ao desenvolvimento.

Segundo Alió (2013: 134), há duas grandes formas de participação: uma, que procede da mesma população que deseja tomar parte nos processos de decisão sobre este mesmo espaço público, que sejam povos, cidades, bairros, bosques ou outros tipos de área geográfica; e a outra, a que emana do sistema político-administrativo que, com suas características, estabelece a maneira de participar da cidadania, a qual tem sido dada o nome de governança.

Seguindo a necessidade de categorizar ou diferenciar as diversas formas de participação consideradas na literatura acadêmica, como também, verticalizar o conceito de participação a ser discutido nesta pesquisa, Arnstein (1969), propõe uma escala de avaliação conhecida como a “escada da participação popular”, com suas oito categorias, que vão da pura e simples manipulação (*manipulation*) dos indivíduos e grupos por parte do Estado ao controle cidadão (*citizencontrol*).

Arnstein (1969) defende que apenas as três categorias que representam as partes mais altas da “escada”, vale citar, parceria (*partnership*), poder delegado (*delegatedpower*) e controle cidadão (*citizencontrol*), constituiriam uma autêntica participação. As três categorias intermediárias (apaziguamento [*placation*], consulta [*consultation*] e informação [*informing*]) não passariam de expressões de dissimulação ou falsa participação (*tokenism*), enquanto que as duas categorias inferiores (manipulação e terapia [*therapy*]) nada mais seriam do que manifestações explícitas de tecnocentrismo.

Buscando adequar as categorias à língua portuguesa e ampliando a sua compreensão, Souza (2010), efetuou algumas alterações na categorização dos níveis de participação. A classificação alternativa proposta compreende, assim, as seguintes categorias:

1. *Coerção*: representa situações em que, frequentemente, não se tem preocupação em parecer conciliador com as necessidades e vontades da população. Comumente, situações de evidente coerção serão encontradas em regimes de exceção nos quais a própria democracia representativa não existe ou deixou de existir;
2. *Manipulação*: corresponde a situações nas quais a população envolvida é induzida a aceitar intervenção, mediante o uso de instrumentos, tais como a propaganda. Nesse contexto, o Estado não tenciona estabelecer um real diálogo com a população, nem criar canais de participação, apenas evitar o uso de força bruta.
3. *Informação*: nesta situação, o Estado disponibiliza informações sobre as intervenções planejadas, isto é, decisões já tomadas, apenas informadas.
4. *Consulta*: aqui, a própria população é consultada pelo Estado, não se limitando ao acesso a informações importantes. Todavia, não há garantias de que as opiniões dos consultados serão levados em consideração no momento da concretização das idéias.
5. *Cooptação*: a autora delimita a categoria à cooptação de indivíduos (líderes populares, pessoas-chaves) ou dos segmentos mais ativos (ativistas), convidados a aderirem a um determinado “canal participativo” ou uma determinada “instância participativa”.

Cabe aqui, evidenciar a crítica realizada por Arnstein (1969) a esta categoria de participação. Segundo ela, citada por Souza (2010), a institucionalização de canais e instâncias permanentes de participação pode parecer (e de certo modo, é) um avanço em comparação com a mera consulta, contudo, somente a partir do momento em que essa institucionalização ocorre sem que a instância participativa possua real poder decisório (o que pressupõe um mínimo de independência político-institucional e financeira).

6. *Parceria*: corresponde ao primeiro grau de participação autêntica, ou seja, não meramente consultiva ou cooptativa. Estado e sociedade civil organizada colaboram, em um ambiente de diálogo e razoável transparência, visando a implementação de uma política pública ou viabilização de uma intervenção.
7. *Delegação de poder*: esta categoria vai mais além do que a parceria, pois aqui o Estado abdica de toda uma gama de atribuições, antes vistas como de sua exclusiva prerrogativa, em favor da sociedade civil. Desse modo, os elementos de democracia direta são evidentes, ainda que os marcos gerais continuem a ser os de democracia representativa. Portanto, a parceria e a delegação de poder consistem em situações de co-gestão entre Estado e sociedade civil.
8. *Autogestão*: na prática, a delegação de poder é o nível mais elevado que se pode alcançar nos marcos do binômio capitalismo + democracia representativa. Ir além disso – ou seja, implementar políticas e intervenções de modo autogestionário, sem a presença de uma instância de poder pairando acima da sociedade (Estado), a qual decide quanto, quando e como o poder poderá ser transferido – pressupõe, a

rigor, um macrocontexto social diferente: pressupõe uma sociedade basicamente autônoma.

3 À guisa de conclusão

Tais fenômenos descritos neste estudo são resultados da experiência como orientadoras e coordenadoras em programas e projetos de extensão em assentamentos rurais do município de Maragogi. Os contatos com os atores ocorreram por meio da interlocução para a implementação do Turismo de Base Comunitária. As primeiras impressões ocorreram por meio da observação participante e intervenção extensionista visando à sensibilização dos sujeitos pertencentes àquelas comunidades. As experiências propiciaram uma análise crítica acerca das ações fundamentadas nos conceitos de desenvolvimento, capital social e participação. A primeira questão desta análise partiu do seguinte questionamento: o que fazer quando a ação do Estado para a construção do Capital Social?

A partir deste questionamento percebe-se que neste estudo determinadas instituições exerceram papéis cabíveis ao Estado. Neste sentido, na ausência do Estado, instituições – IFAL, SEBRAE e COOPEAGRO - propulsaram a interlocução para a sensibilização sujeitos à implementação do Turismo de Base Comunitária buscando contribuir para o desenvolvimento do município.

Diante das experiências observadas notou-se uma carência na construção do capital social para autonomia e empoderamento destas comunidades. Diferentemente da relação de parceria entre os empreendedores turísticos exógenos e os gestores locais, na qual percebe-se existência de *lobby* decorrente de uma ambiência de diálogo e transparência que visa a implementação de políticas públicas voltadas para o turismo. Contudo, nas comunidades observadas neste estudo percebe-se a participação existente enquadra-se no nível de cooptação (Arnstein, 1969). Tal assertiva baseia-se na constatação da ausência de parcerias como àquelas realizadas com os grupos anteriormente mencionados. Em tais comunidades há, por vezes, o que Arnstein (1969) definiu como cooptação por parte do Estado, isto é, a agregação de indivíduos (líderes populares, pessoas-chaves) ou dos segmentos mais ativos (ativistas), que são convidados a aderirem a um determinado “canal participativo” ou uma determinada “instância participativa”, como, por exemplo, o Conselho do Polo de Turismo Costa dos Corais.

Levando em consideração essa realidade, as instituições se apresentaram como interlocutoras vislumbrando a transformação deste cenário naquelas localidades, pois essas instituições têm como visão a construção do empoderamento e da autonomia das comunidades nas quais elas se inserem. Quanto à autonomia, cabe aqui citar Paulo Freire que diz: “A autonomia, enquanto amadurecimento do *ser para si*, é processo, é vir a ser. [...] uma pedagogia da autonomia tem de estar centrada em experiências estimuladoras da

decisão e da responsabilidade, vale dizer, em experiências respeitadas de liberdade” (2016:105).

Assim, a partir desta premissa pode-se compreender o que Tocqueville (2004) quis dizer quando afirmou que uma sociedade de indivíduos livres não precisa recorrer a um Leviatã para regular as relações entre eles, se, e somente se, entre os indivíduos e as elites políticas há uma gama de associações voluntárias – associações que agregam esses indivíduos de outra forma isolados, de modo a resolver problemas comuns, sem depender de autoridades públicas.

Por conseguinte, torna-se relevante questionar: será que as instituições interlocutoras têm se apresentado como vetores à geração de autonomia ou se tornaram um fator de dependência ao desenvolvimento do TBC nessas comunidades? Seria tais instituições uma nova representação de Leviatã? E assim a reflexão prossegue.

Referências Bibliográficas

Alió, M. A. (2013). *Experiencias de investigación participativa socioambiental en Catalunya*.

Mercator, Fortaleza, v. 12, número especial (2), p. 133-144, set.

Arnstein, S. R. (1969). *A Ladder of Citizen Participation*. JAIP, Vol. 35, No. 4, July, pp. 216-224.

Bourdieu, P.(2000) *Las formas del capital: capital economico, capital cultural y capital social*. In: BOURDIEU, Pierre (Org.) Poder, derecho y clases sociales. Barcelona: Desclés.

Carvalho, C. P.(2010) *Economia solidária: uma via de modernização para Alagoas*. Maceió: Edufal.

Coriolano, L. N. & Barbosa, L. M. (2012). Socialização de saberes em territórios solidários do turismo. In: Coriolano, L. N. & Vasconcelos, F. P. *Turismo, território e conflitos imobiliários*. Fortaleza: EdUECE, pp. 59 -81.

Coriolano, L. N. & Lima, A. C. (2012). A contribuição do turismo ao desenvolvimento na escala humana. In: Coriolano L. N. & Vasconcelos, F. P. *Turismo, território e conflitos imobiliários*. Fortaleza: EdUECE, pp. 103 -117.

Coriolano, L. N. & Sampaio, C. A. C. (2012). Discursos e concepções teóricas do desenvolvimento e perspectivas do turismo como indução. In: Coriolano, L. N. & Vasconcelos, F. P. *Turismo, território e conflitos imobiliários*. Fortaleza: EdUECE, pp. 43 – 57.

Freire, P. (2016). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 53ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Fukuyama F. (1995) *Trust: The Social Virtues and the Creation of Prosperity*. Nueva York: Free Press.

Furtado, C. (1974). *O mito do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Círculo do Livro.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. (2008) *Censo 2008 - Alagoas*.

Kaspary, M. G. A. R. (2012) *Desenvolvimento turístico e desenvolvimento local no município de Maragogi, Alagoas*. Dissertação de Mestrado (Mestrado Dinâmicas do Espaço Habitado – Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Alagoas: Maceió.

Pacheco, P. (2016). *Projeto aposta na economia sustentável*. Municípios. Gazeta de Alagoas. Edição de 5 de junho de 2016, Maceió/AL.

Putnam, R. D. (1993). *Making democracy work: civic traditions in modern Italy*. New Jersey: Princeton University.

Sen, A. (2010). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.

Souza, M. L. (2010). *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas*. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Sachs, I. (1974). *Environnement et styles de développement. Economies, Sociétés, Civilizations*. n 3. Paris: Ehes.

Sachs, I. (1986). *Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento*. São Paulo: Vértice.

Sousa Santos, B. (2004). *Do pós-moderno ao pós-colonial. E para além de um outro*. Coimbra. Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Conference.

Scott, J.C. (2004). *Los dominados y El arte de La resistência*. Discursos Ocultos. Colección problemas de México. Ediciones Era.

Singer, P. (2002). *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

Tocqueville, A. (2004). *A democracia na América: sentimentos e opiniões*. São Paulo: Martins Fontes.